

O discurso do governo militar: dispositivos mobilizados na colonização da Transamazônica

Renata Belz Kruger

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Marabá - Pará - Brasil
renatabelzkruger@hotmail.com

Resumo: Propõe-se no presente artigo analisar os dispositivos que foram mobilizados pelo governo militar com o objetivo de estimular e promover os deslocamentos de grupos das demais regiões do país para a colonização da Amazônia. Dentre os dispositivos mobilizados pelo governo para potencializar a colonização da Amazônia, destaca-se o Programa de Integração Nacional (PIN), assinado pelo presidente Médici em 1970, cartazes de propaganda do governo militar vinculados em meios de comunicação que incentivavam a exploração da Amazônia e o modelo de Urbanismo Rural adotado pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Para isso, são articuladas contribuições teóricas de Foucault a respeito do dispositivo e aproximações e relações do projeto de colonização empreendido pelo governo militar com o conceito de colonialidade.

Palavras-chaves: Amazônia. Dispositivo Colonial. Transamazônica.

Considerações iniciais

O presente artigo se encarrega de analisar a colonização da Amazônia através de uma perspectiva que compreende os dispositivos da colonização. Os dispositivos coloniais funcionaram como instrumento para estimular os deslocamentos em direção à Amazônia durante a campanha de colonização articulada pelo governo militar principalmente durante a década de 1970, e, além disso, como instrumento de manipulação do imaginário social sobre a colonização da Amazônia. O discurso do governo militar para justificar e fomentar a colonização da região se apoiava sobretudo na tese de esvaziamento da Amazônia, ou seja, os povos que viviam na região foram ignorados e invisibilizados através do menosprezo de sua capacidade de transformar o território economicamente.

Assim, a Amazônia era produzida como um tesouro adormecido que precisava da força e da coragem de bravos homens para despertar. A Amazônia é construída a partir de dicotomias como desenvolvimento e subdesenvolvimento e cheio e vazio, de modo que é vista como o contrário do que se almejava como nação. Essa construção justifica a

guerra como uma política, e o Estado ressalta a colonização, ou seja, a chegada de pessoas de outras regiões, como critério de existência de um espaço, de modo que os povos que já viviam na Amazônia representam a selvageria (MALHEIRO, 2020).

Uma das principais estratégias do governo militar para colonização da Amazônia se traduziu no Programa de Integração Nacional (PIN), um projeto político que teve como alvo principalmente trabalhadores pobres do Nordeste. A construção da rodovia Transamazônica foi apresentada no PIN como uma solução para o deslocamento de trabalhadores que sofriam no sertão em direção as férteis terras da região amazônica.

Neste artigo, será analisado como o PIN funcionou como projeto político chave para colonização na Amazônia e como os discursos difundidos pelo poder público e pela mídia sobre o grande projeto de colonização operaram como dispositivos coloniais. Na primeira parte, intitulada *O dispositivo*, trataremos do termo dispositivo a partir de contribuições teóricas de Michel Foucault encontradas sobretudo nas suas obras *Microfísica do Poder*, de 1979, e *A arqueologia do Saber*, publicada originalmente em 1969, a qual dispomos da sétima edição publicada em 2008. Aqui, contamos principalmente com a valorosa contribuição de Jorge Agamben (2005) sobre a conceituação de dispositivo em Foucault, e com o entendimento de Flávia Marinho Lisboa (2021) sobre o jogo de poder em que o dispositivo está inserido. Apontamos nessa seção os traços de colonialidade amarrados aos dispositivos mobilizados para colonização da Amazônia.

Em seguida, na seção *A colonialidade*, partimos das contribuições de Maldonado-Torres (2018) a respeito da conceituação decolonialidade e colonialidade para contextualizar o trabalho e amparar as aproximações dos dispositivos articulados durante a colonização da Amazônia com os traços da colonialidade. Essas aproximações foram melhor evidenciadas graças às contribuições de Name (2021) que traça, a partir de Maldonado-Torres, uma outra analítica que envolve o espaço, de modo a apontar como a colonialidade se manifesta nos espaços e quais os modos que utiliza para isso. O autor delinea quatro novas “teses” apoiadas no giro decolonial que são relacionadas no presente trabalho com o projeto de colonização empreendido pelo governo militar para controle e racionalização do espaço amazônico.

Na seção *Os dispositivos da colonização* são elencados alguns dos dispositivos articulados durante a colonização da Amazônia na década de 1970 a fim de analisar o discurso do governo militar para colonização. O primeiro dispositivo apresentado é o PIN, tendo em vista sua importância no cenário da colonização. Exploramos aqui o

paradigma do vazio e a ideologia do progresso que caminharam juntos em direção a exploração da região amazônica. Disparamos de uma exposição do então Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, João Paulo dos Reis Velloso, no Plenário da Câmara dos Deputados em 15 de julho de 1970 e publicado na Revista do Serviço Público. Na exposição do ministro é possível sinalizar os principais argumentos do discurso estatal sobre o PIN, que diz respeito a exaltação da grandeza do programa e sua capacidade de resolver os problemas relacionados à seca no Nordeste, aos conflitos agrários recorrentes e à integração da Amazônia aos demais polos agrícolas do país. A construção da rodovia Transamazônica proposta no PIN é cabal para o desenvolvimento do programa. A grandiosa obra foi envolta na promessa de crescimento econômico e desenvolvimento da região.

Ainda nessa seção, analisamos o selo comemorativo à construção da rodovia que muito tem a dizer sobre o discurso estatal para colonização da Amazônia. Apresentamos e analisamos ainda uma capa da revista *Manchete* que retrata a construção da Transamazônica, um cartaz de propaganda oficial da ditadura que anuncia a Amazônia como mina de ouro, e uma menção à Transamazônica na edição de 150 anos da Independência do Brasil na revista *Manchete*. Os três documentos foram obtidos através do acervo de Ricardo Cardim, botânico que pesquisa sobre o desmatamento na Amazônia. O último dispositivo abordado se refere ao modelo de urbanização adotado pelo governo militar no projeto de colonização ao longo da rodovia Transamazônica. O modelo, chamado de Urbanismo Rural, teve influência de modelos de urbanização europeus e consistia na instalação de um conjunto hierarquizado de pequenos núcleos urbanos planejados. O modelo priorizava a ordenação racional do espaço de forma que setorizava espacial e socialmente os diferentes grupos que deveriam habitar os núcleos urbanos. O Urbanismo Rural carregava valores socioculturais que pouco se integraram a realidade amazônica e tendeu para o fracasso.

Por fim, nas *Considerações finais* é feito um apanhado final sobre a pesquisa, onde demonstramos a importância do estudo dos processos pelos quais a Amazônia foi transformada, que podem auxiliar na compreensão das contrariedades presentes no espaço amazônico ao longo do tempo e atualmente. Levando-se em conta o que foi observado e analisado sobre o discurso do governo militar através dos dispositivos articulados em favor da colonização da Amazônia, sobretudo programas, projetos e propagandas, foi possível identificar correlações com o pensamento colonial que marcaram o processo de colonização.

O discurso do governo militar para colonização da Amazônia, uma vez incrustado pelo pensamento colonial, se utilizou da ideologia do progresso e a tese de “vazio” da região para justificar a exploração da rica e fértil área “desocupada” e ociosa. O modelo de Urbanismo Rural adotado no projeto de colonização, alicerçado no pensamento modernista e com inspirações europeias, pouco se adaptou as características da região e desprezou saberes e práticas dos migrantes.

O dispositivo

Agamben (2005) propõe o dispositivo como termo técnico fundamental na estratégia do pensamento de Foucault. Apesar de Foucault não ter definido propriamente o termo dispositivo, no livro *Microfísica do Poder* o autor tece importantes considerações sobre o termo. No texto *Sobre a história da sexualidade*, que se refere a uma entrevista concedida a Alain Grosrichard por Foucault, quando questionado sobre o sentido e a função metodológica do termo dispositivo, Foucault (1979, p. 244) explica que com esse termo tentou demarcar “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas”, o dito e o não dito seriam elementos do dispositivo, sendo o dispositivo a rede que se pode estabelecer entre tais elementos. Como resume Agamben (2005), o conjunto heterogêneo a que Foucault (1979) se refere inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico, sejam discursos, instituições, proposições filosóficas ou leis. Foucault (1979) acrescenta outros dois pontos à sua resposta. O primeiro se refere a função estratégica concreta que o dispositivo sempre possui e sua obrigatória inserção em uma relação de poder. O segundo diz respeito a noção de rede que o dispositivo carrega, visto que inclui em si a episteme, como resume Agamben (2005).

Segundo Lisbôa (2021), o conceito de dispositivo é abordado como uma ideia operacional para analisar o poder nas relações sociais, que se aplica as variadas formas de se exercer e administrar o controle social, uma vez entendido que o dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder. Como assevera Foucault (1979, p. 146 *apud* LISBÔA, 2021, p. 47), “é isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”. Ora, o dispositivo está inserido em um jogo de poder e ao mesmo tempo traduz estratégias de relações de força, de forma que sustenta determinado tipo de saber e é sustentado por ele.

Atentar ao jogo de poder em que o dispositivo está inserido é fundamental para compreender melhor como determinados dispositivos operam. Nesse sentido, não é difícil vislumbrar que os dispositivos mobilizados para impulsionar, justificar e promover a colonização da Amazônia envolvam traços da colonialidade que se entranha e se perpetua através de pensamentos, discursos e projetos. As amarras da colonialidade, que por vezes podem parecer sutis, dominam a lógica de colonização da Amazônia através da desumanização dos povos indígenas, do menosprezo a população pobre, do descrédito ao potencial de saber e fazer de grupos menos abastados e da manutenção da ordem social branca.

A colonialidade

São dispostas a seguir as contribuições de Maldonado-Torres (2018) a respeito da decolonialidade, um conceito fundamental para variadas formas de trabalho intelectual atualmente, inclusive para o embasamento e desenvolvimento do presente trabalho, que envolve os dispositivos mobilizados pelo governo militar para viabilizar, justificar e incentivar a colonização da Amazônia na década de 1970. Os estudos de Maldonado-Torres sobre colonialidade e decolonialidade sinalizam para a necessidade de uma atitude decolonial, que é, sobretudo, sua contribuição neste trabalho. Os estudos do autor envolvem o amplo padrão histórico de dominação global pelas civilizações ocidentais. No entanto, é possível avistar e delinear questões no processo de colonização da Amazônia que estão enredadas nas teias do pensamento colonial, a exemplo do modelo de Urbanismo Rural aplicado durante o governo militar planejado pelo arquiteto e urbanista José Geraldo da Cunha Camargo com inspiração em modelos europeus de urbanização.

Para trabalhar com as aproximações do conceito de colonialidade com o processo de colonização da Amazônia o primeiro passo é entender de onde partem os conceitos de colonialidade e decolonialidade. Assim, Maldonado-Torres (2018) em *Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas* articula complexas reflexões sobre a colonialidade e a decolonialidade. As reflexões do autor são complexas e não se esgotam facilmente. Almejamos aqui explicar como no processo de colonização da Amazônia é possível observar marcas do pensamento colonial sobre o modo de ocupar o espaço nos dispositivos mobilizados para colonização e seu discurso. O autor usa o conceito de descolonização encontrado em Frantz Fanon, que se relaciona com o

conceito de libertação, no sentido de que o colonizado busca obter sua própria liberdade. No entanto, a independência não significa necessariamente a descolonização, uma vez que lógicas coloniais e representações colonialistas podem continuar presentes mesmo depois da libertação. Maldonado-Torres (2018) chama a atenção para o fato de que o colonialismo e seu legado, mesmo que findado formalmente, podem continuar existindo. Como corrobora Gomes (2018, p. 251),

A colonialidade é resultado de uma imposição do poder e da dominação colonial que consegue atingir as estruturas subjetivas de um povo, penetrando na sua concepção de sujeito e se estendendo para a sociedade de tal maneira que, mesmo após o término do domínio colonial, as suas amarras persistem.

Chamberlain (1985 *apud* MALDONADO-TORRES, 2018) explica genericamente como a descolonização é entendida, que se refere ao processo de independência dos povos do terceiro mundo de seus governantes coloniais. O autor salienta que o historiador deve equilibrar a verificação das políticas promovidas pelos poderes coloniais e as iniciativas que partem do colonizado, ele deve enxergar o problema de forma mais ampla, em uma perspectiva mais longa, reforça.

A modernidade frequentemente é vista como a forma de civilização mais avançada, ou seja, desloca os demais arranjos socioculturais, político e econômicos para a esfera da incivilidade, selvageria e primitividade. Nesse sentido, Maldonado-Torres (2018) explica que desde seu nascimento a modernidade tornou-se colonial, e, por isso, não faz sentido entender o colonialismo como algo que acontece na modernidade, mas que ao se referir a modernidade ocidental faz mais sentido pensar em modernidade/colonialidade. A modernidade ocidental sustenta uma narrativa temporal e uma concepção de espacialidade que fez com que essa civilização ocupasse um lugar privilegiado em relação aos demais tempos e espaços. Na direção contrária ao pensamento colonial, “a busca por uma outra ordem mundial é a luta pela criação de um mundo onde muitos mundos possam existir, e onde, portanto, diferentes concepções de tempo, espaço e subjetividade possam coexistir e também se relacionar produtivamente” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 42).

Maldonado-Torres (2018) dispõe dez teses sobre colonialidade e decolonialidade e dialoga com Fanon para delinear caminhos em direção a uma atitude decolonial dos condenados, em referência aos condenados da terra de Fanon. A decolonialidade diz respeito à luta empreendida contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistemológicos e simbólicos. A saber, a “colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias

formais”, destaca Maldonado-Torres (2018, p. 41). Na terceira tese, *Modernidade/colonialidade é uma forma de catástrofe metafísica que naturaliza a guerra que está na raiz das formas moderno/coloniais de raça, gênero e diferença sexual*, o autor trata do maniqueísmo que estabelece a ideia de que o colonizador é bom e o colonizado é mal. Na colonialidade o mundo moderno protagoniza uma guerra constante contra o povo colonizado, seus costumes e suas criações. O modelo de Urbanismo Rural com viés modernista forjado a partir de inspirações europeias, pouco considerou as características geográficas da região, tampouco os saberes que os povos nativos e tradicionais da região portavam. A ideia de progresso aliada a promoção de crescimento econômico foi mobilizada a fim de fomentar e justificar a colonização da Amazônia empreendida pelo governo militar. O discurso do governo para o “desenvolvimento” da região se traduzia na implantação de marcas do mundo moderno através da racionalização e padronização do espaço, de modo a promover a promessa de desenvolvimento econômico da região e integração nacional a partir da desvalorização e desqualificação dos saberes locais.

Em sua quarta tese, *Os efeitos imediatos da modernidade/colonialidade incluem a naturalização do extermínio, expropriação, dominação, exploração, morte prematura e condições que são piores que a morte, tais como a tortura e o estupro*, Maldonado-Torres (2018) explica que na modernidade/colonialidade ações violentas são comuns. Nesse cenário, Maldonado-Torres (2018) evidencia que não somente as terras e recursos são alvos de dominação, mas as mentes também, através de formas de pensamento que promovem a colonização e a auto colonização. No discurso do governo militar a Amazônia é construída como um lugar selvagem, rico e ocioso que precisa ser domado e explorado. A quinta tese, *A colonialidade envolve uma transformação radical do saber, do ser e do poder, levando à colonialidade do saber, à colonialidade do ser e à colonialidade do poder*, expõe que a colonialidade do saber, do poder e do ser são os componentes fundamentais da modernidade/colonialidade. A produção da lógica colonial que se estabelece como legítima se dá a partir da articulação de formas do ser, do poder e do saber. A colonização da Amazônia foi promovida baseada em ideais modernos, de forma que os povos, saberes e práticas locais foram não só ignorados, mas combatidos pelo modelo moderno de ocupar o espaço que se apresenta como o único modelo aceito e coerente. O autor discorre sobre a subjetividade que está presente no saber, no ser e no poder, considerando que “o que quer que um sujeito seja, ele é constituído e sustentado pela sua localização no tempo e no espaço, sua posição na

estrutura de poder e na cultura, e nos modos como se posiciona em relação à produção do saber” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 49).

O sujeito é um campo de luta, visto que é um alvo a ser dominado para que a coerência da ordem colonial se perpetue. As populações tradicionais que habitam a região da Transamazônica foram alvo do projeto de civilização bancado pelo governo, assim como as pessoas que anteriormente já haviam espontaneamente migrado e viviam na região não foram reconhecidas pelas ações governamentais, que trata o espaço como vazio e desabitado.

Na sexta tese, *A decolonialidade está enraizada em um giro decolonial ou em um afastar-se da modernidade/colonialidade*, Maldonado-Torres (2018) salienta a necessidade de mudança na atitude com vistas ao engajamento contra a colonialidade do poder, saber e ser e para a instalação da decolonialidade como um projeto, ou seja, a atitude decolonial é fundamental para o projeto decolonial e o mesmo vale para o contrário. Dessa maneira, a decolonialidade se refere a uma atitude como um projeto inacabado e uma contestação ao paradigma da guerra. Por conseguinte, o autor demonstra que “a decolonialidade, portanto, tem a ver com a emergência do condenado como pensador, criador e ativista e com a formação de comunidades que se juntem à luta pela descolonização como um projeto inacabado” (MALDONATO-TORRES, 2018, p. 53).

Name (2021) parte do artigo de Maldonado-Torres citado para propor o esboço de uma outra analítica que envolva o espaço, e em especial a arquitetura. O autor delinea quatro novas “teses” apoiadas no giro decolonial que relacionamos aqui com o projeto de colonização empreendido pelo governo militar para controle e racionalização do espaço amazônico. Segundo o autor, não é encontrada nas dez teses de Maldonado-Torres (2018) uma atenção específica voltada para a dimensão espacial, no entanto, o papel da arquitetura na produção da colonialidade é notório. Name (2021, p. 03) cita Walter Mignolo para explicar que os espaços geográficos têm sólida relação com as localizações epistemológicas. Dessa forma, “mundos futuros, melhores, somente se desenharão desde outros *lugares* – geográficos, ontológicos, históricos, antropológicos e ético-políticos”. De acordo com o autor, conhecidos nomes do tema colonialidade como Mignolo, Enrique Dussel e Aníbal Quijano elucidam que a modernidade é uma ideia imposta como universal através de variadas formas de violência. Em contrapartida, a literatura decolonial se dedica às assimetrias reproduzidas pela lógica colonial.

As “teses” levantadas por Name (2021) no artigo *Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões espaciais básicas em arquitetura*, abordam como os contextos espaciotemporais influenciam a tradução da raça em colonialidade, que por sua vez impacta na concepção, percepção, ocupação e representação do espaço. O giro decolonial motiva uma analítica que sinaliza as manifestações da colonialidade no espaço e sua produção e reprodução, além de estimular outros modos de pensar os espaços.

A primeira “tese” proposta por Name (2021) faz alusão a tese de igual número de Maldonado-Torres (2018). Nela, o autor discorre sobre a narrativa branca do heroísmo, que coloca o colonizador que “descobre” terras e indígenas, que concede a liberdade aos escravos e que promove o bem comum como herói. No contexto da colonização da Amazônia, identificamos o heroísmo em dois momentos. O primeiro deles diz respeito ao discurso governamental que estimula a colonização da Amazônia e a justifica, entre outras razões, por sua ociosidade, vazio, e desintegração com a nação brasileira. Assim, a Amazônia é apresentada como uma grande selva que precisa ser dominada, explorada e integrada a nação, o que só pode ser feito graças a coragem e bravura de homens que amam a pátria. Aqui, os heróis seriam os que se dispõem a rasgar a selva, os agentes do governo e trabalhadores nordestinos que se dispunham a enfrentar a floresta. Em um segundo momento, o heroísmo pela colonização da Amazônia é aplicado sobretudo aos migrantes com maior poder aquisitivo de terra e meios de produção advindos da região Sul e Sudeste do país para trabalhar na região principalmente com a pecuária extensiva. Essa atribuição do heroísmo aos migrantes do Sul e Sudeste não é fortuita, mas é reflexo da lógica colonial que posiciona o branco como agente civilizatório portador de conhecimentos e técnicas legitimadas socialmente. Assim, desqualifica outros modos de viver, ser e saber através da designação de atraso e primitividade e alegação de incapacidade de outros povos em “evoluir”. A decolonialidade aponta a falácia dessa narrativa do processo civilizatório e faz aparecer a insubmissão dos subalternizados, que tem o direito à memória frequentemente negado.

A modernidade/colonialidade é catástrofe metafísica que naturaliza a extração da natureza, a arquitetura como veículo de civilização e quais vidas não importam, terceira tese do autor, trata de como a arquitetura se vinculou aos processos de civilização e controle, a exemplo da quadrícula que se aplicou a grande parte das novas cidades de colonização espanhola, as torres católicas e fortalezas que tornavam os domínios paroquiais e coloniais visíveis. Outro exemplo citado por Name (2021) é o de Brasília, construída com a promessa de salvação higienista do Movimento Moderno, mas que

ceifou vidas de candangos. Nessa direção, o modelo de Urbanismo Rural, dispositivo usado para normalizar o espaço, é exemplo do urbanismo como veículo de civilização que através da regulação e padronização do espaço pretendia imprimir as marcas da modernidade e do “desenvolvimento” na região. No entanto, o projeto pouco considerou as características locais e foi fadado ao fracasso.

Portanto, as amarras da colonialidade puderam ser vistas no discurso e nos dispositivos mobilizados pelo governo militar para colonização da Amazônia. Torna-se importante ainda ressaltar a importância de compreender as marcas da colonialidade na sociedade brasileira. Nesse sentido, na busca de localizar o termo dispositivo no processo de colonização europeia na América Latina, Ivânia Neves se dedica à defesa do conceito de dispositivo colonial, como explica Lisbôa (2021). A autora explica que essa defesa é proposta baseada no entendimento de que a partir da colonialidade o dispositivo pode ser realocado para compreensão específica de problemas sociais que surgem como efeitos da colonização. É razoável salientar o reconhecimento da autora da diferença entre a realidade do proletariado na Europa, originalmente pensado por Foucault, e a realidade do negro e do indígena na América Latina. A autora propõe o dispositivo como ferramenta para compreender as heranças coloniais na sociedade brasileira.

Este grande dispositivo, o sistema colonial, engloba o poder colonial das metrópoles europeias e a colonialidade, que representa sua atualização, com seus diferentes matizes, prossegue nas histórias das sociedades amazônicas e em muitas outras histórias da América Latina (NEVES, 2015, p. 31 *apud* LISBÔA, 2021, p. 48).

No presente trabalho partimos da compreensão de dispositivo em Foucault tanto das ações governamentais de colonização quanto da produção de subjetividade dos sujeitos, visto que há uma relação mútua no mesmo processo.

Os dispositivos da colonização

O programa de colonização do governo militar, promovido durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, consistia em transferir pessoas do Nordeste, cerca de cem mil famílias, para regiões do Pará onde estava sendo implantada a Transamazônica. O Programa de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970 e assinado pelo presidente Médici, foi uma das peças-chaves do projeto dos militares para a Amazônia. O PIN tinha como objetivo preencher os “vazios” na Amazônia diante de seu vazio demográfico, sua falta de

integração a nação brasileira e suposto risco de invasões internacionais. Assim, surgem lemas conhecidos como “terra sem homens para homens sem-terra” e “integrar para não entregar”.

Historicamente a Amazônia é produzida a partir do paradigma do vazio, uma vez que vigora o entendimento de que ela deve ser ocupada por razões determinadas e por sujeitos determinados de acordo com discursos e práticas colonialistas voltadas para a região. A ideologia do progresso aplicada à Amazônia se relaciona diretamente ao paradigma do vazio, principalmente apoiado na concepção de vazio demográfico, ou seja, na ideia de que o problema da Amazônia se refere a seus habitantes ou a falta deles.

Através do PIN, o governo militar previa a construção da Transamazônica e de outras vias como uma solução face aos problemas que a população enfrentava no Nordeste. Em uma exposição do então Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, João Paulo dos Reis Velloso, no Plenário da Câmara dos Deputados em 15 de julho de 1970 e publicado na Revista do Serviço Público, o ministro discorre sobre o sentido e grandeza do PIN. Segundo Velloso (2017, p. 27), “poucas vezes, em nossa vida de homens públicos, teremos tido a oportunidade de tomar decisão em assunto de dimensão e impacto do Programa de Integração Nacional”. Velloso (2017) explica as benesses que o PIN ocasionaria, principalmente a expansão da fronteira econômica do país e as estratégias para o desenvolvimento do Nordeste. O ministro imprime à Transamazônica um sentido de grandeza absoluto diante de outras rodovias, mesmo as que fizeram parte de outros projetos de colonização. Segundo Velloso (2017), somente a Transamazônica, junto à Cuiabá-Santarém, tem a função de integração nacional, conectando o centro, a Amazônia e o Nordeste. Para fomentar o apoio ao PIN na câmara, Velloso (2017, p. 28) faz um apelo por um voto de confiança no Brasil, visto que “o Programa de Integração é, antes de tudo, a solução corajosa, árdua, necessária, para o próprio desenvolvimento do Nordeste”. A partir das falas do ministro João Paulo dos Reis Velloso podemos vislumbrar como o PIN foi articulado a fim de se apresentar como uma solução para a região Nordeste e seu povo castigado pela seca e para a integração da Amazônia com as demais regiões produtivas do país. Além disso, o PIN era uma saída para os conflitos agrários que o Nordeste enfrentava diante da concentração de terras e das condições fundiárias dos séculos anteriores reproduzidas pelos herdeiros de coronéis e políticos, como explica Braga (2015).

A ideologia do PIN compreendia a construção de estradas de forma a permitir a ocupação de espaços vazios, áreas do território nacional que jaziam inexploradas, e

fortalecer a incorporação da Amazônia à nação. Braga (2015) sinaliza que o PIN compreendia a Amazônia como um imenso vazio demográfico a ser povoado e explorado, onde, no entanto, viviam populações indígenas e também significativo contingente de população das demais regiões do país, sobretudo do Nordeste, que migravam para a região antes dos projetos de colonização dirigida.

Almeida (1999, p. 9) coloca que com o projeto de colonização oficial após 1970 “em diversas áreas da Amazônia via-se a mão onipresente do governo: abrindo estradas, construindo pontes e casas, derrubando a mata e assentando colonos em nome do governo e da segurança nacional”. Sublinha-se que o PIN teve a intenção de promover um sentimento nacionalista, justificando e fomentando a colonização da Amazônia como uma necessidade de integrar o território da Amazônia às demais regiões do país e aumentar as áreas de produção agrícola para expansão econômica do Brasil. Nessa perspectiva, povoar a região era um ato de bravura e amor à pátria.

Assim, planos e programas empreendidos pelo governo militar pretendiam ocupar a Amazônia partindo de um projeto político que priorizava impulsionar a economia estendendo as fronteiras agrícolas do país. Na prática, o governo implementou projetos de colonização que consistiam na transferência de pessoas que residiam em regiões de maior densidade populacional para as regiões da Amazônia que estavam sendo “desbravadas”. A rodovia Transamazônica, BR-230, foi idealizada para permitir o acesso dos novos habitantes vindos da região Nordeste do país. Um projeto grandioso, a Rodovia Transamazônica atravessa as regiões Nordeste e Norte e é protagonista na colonização da região.



Figura 01: Selo comemorativo à construção da rodovia

Fonte: REGO, 2020, p. 49.

No selo comemorativo apresentado na Figura 01, a Transamazônica é designada como o lugar onde a pátria se completa e se realiza. Para o governo militar, a rodovia significa um marco para o desenvolvimento da Amazônia e do país, de forma a renovar os ares de construção de um grande país, junto ao lema de integração nacional e ordenamento do território. Rego (2020) aponta que o projeto dos militares retomou o modelo do final dos anos 1950, de forma a reviver a euforia da construção de Brasília e a aspiração de um “Brasil Grande” a partir de obras de grande porte que incentivariam o crescimento econômico e o desenvolvimento regional.

Malheiro (2020) aponta que as políticas nacionais para a Amazônia pretendiam, em síntese, aproximar o lugar distante que a Amazônia foi colocada em uma região mais próxima da nação. Segundo o autor, o que ocorre é uma inclusão pela exclusão, ou seja, primeiro a Amazônia é vista como uma parte exterior a nação, e depois ela necessita ser integrada a nação. Nesse processo, a diversidade é transformada em vazio. Colonizar a região se torna uma urgência, e, “dessa maneira, torna-se necessário assegurar à ocupação da Amazônia um sentido brasileiro, não se tratando, portanto, apenas de ocupar, mas, sim, de desenvolver os sentidos do Brasil nesta região” (MALHEIRO, 2020, p. 84).

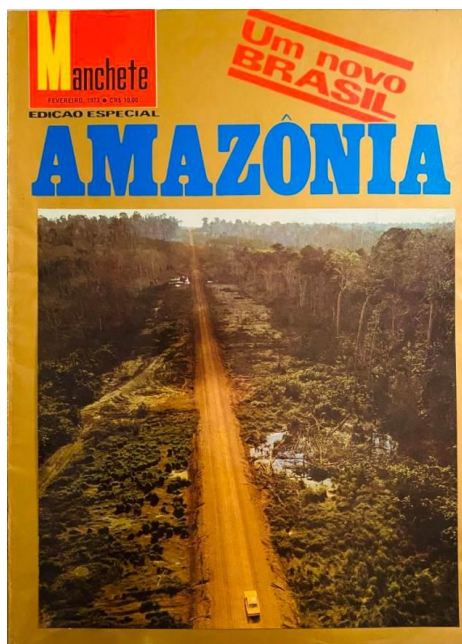


Figura 02: Capa da revista Manchete com a construção da Transamazônica e um novo Brasil

Fonte: Acervo de Ricardo Cardim. Disponível em: <https://www.quatrocincom.com.br/br/galerias/a-ofensiva-da-ditadura-militar-contra-a-amazonia>.

De acordo com Braga (2015), a construção da Transamazônica era divulgada pela grande imprensa como uma ambiciosa obra de integração nacional e continental, proposta como uma saída aos problemas enfrentados pela população nordestina, que sofria com problemas fundiários e a secas severas. A Figura 02 mostra uma capa da Revista Manchete, uma das maiores vinculadoras midiáticas da Rodovia Transamazônica, em que acima da inscrição “Amazônia” em letras garrafais, está o anúncio de “um novo Brasil” semelhante a um carimbo, corroborando com a promessa de que com a colonização da grandiosa Amazônia, sendo a abertura da Transamazônica sua peça-chave, um novo Brasil emergiria da selva. A imagem posta na capa é impactante, a reta contínua da Transamazônica aberta no meio da floresta e um automóvel, no início da foto, que parece corajosamente explorar a nova longa estrada “vazia” a ser explorada.

Como bem explica Malheiro (2020), a Amazônia é tratada como exterioridade à humanidade brasileira, e em uma linha civilizatória a natureza representa a imaturidade/inferioridade e o progresso histórico é representado pela sociedade. A Amazônia é produzida como um “fora”, sua natureza e diversidade representavam uma exterioridade em relação a nação. Desse modo, para a inclusão do fora absoluto em que a Amazônia é produzida, a ficção nacionalista se utiliza de políticas de valorização da riqueza da natureza, do povoamento do vazio demográfico e racional, da defesa do território e garantia da soberania nacional (MALHEIRO, 2020).

A partir das investidas do governo militar, a Amazônia passou a ser vinculada como a “terra prometida”. Guimarães Neto (1986) discorre sobre o mito da Amazônia produzido e reproduzido a partir das condições políticas da década de 1970 no país. A motivação para migração era um paraíso prometido, no entanto a realidade da nova terra era discrepante das expectativas que foram nutridas pelos migrantes a partir das campanhas de colonização do governo. Guimarães Neto (1986) aborda como a “terra fantástica” da Amazônia arrastou um grande número de famílias pela promessa de terra abundante e próspera, no entanto, desafios marcaram essa trajetória. A autora trata da articulação que o governo militar empreendeu sobre a Amazônia para justificar e promover sua exploração como a “invenção do paraíso”.

A representação da Amazônia como novo Eldorado significou, do ponto de vista político, um agente catalizador dos interesses dos trabalhadores rurais, sejam pequenos proprietários ou não. O mito passou a ser, nesse sentido, um poderoso instrumento de poder nas mãos dos setores dominantes (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 5).



Figura 03: Propaganda oficial da ditadura anunciando a Amazônia como mina de ouro
Fonte: Acervo de Ricardo Cardim. Disponível em:
<https://www.quatrocinco.com.br/br/galerias/a-ofensiva-da-ditadura-militar-contra-a-amazonia>.

Na Figura 03, a propaganda oficial da ditadura militar vinculada pelo Ministério do Interior anunciava a Amazônia como uma mina de ouro. O texto no rodapé da imagem do cartaz revela que a Transamazônica abre caminho para a exploração da região mais rica do mundo, a Amazônia é referida como uma mina de ouro que o leitor empresário poderia se beneficiar a partir do desenvolvimento de projetos agropecuários, industriais ou de serviços junto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A iniciativa privada foi estimulada e beneficiada pelo governo militar a fim de potencializar o “desenvolvimento” da região.

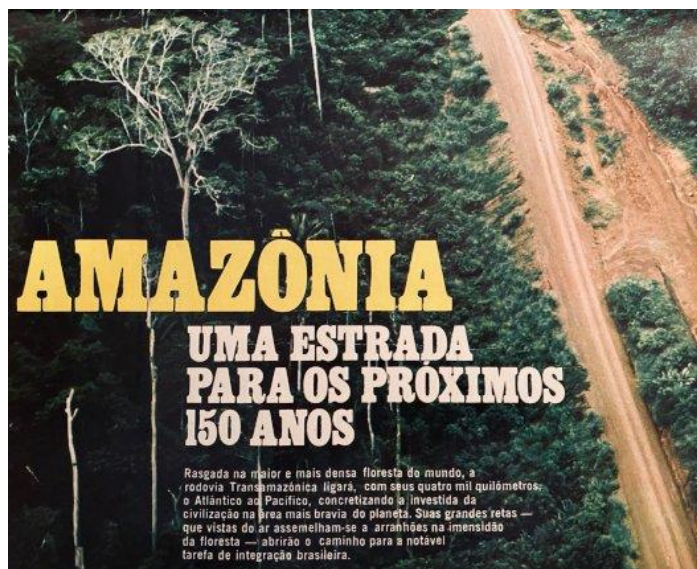


Figura 04: Menção à Transamazônica na edição de 150 anos da Independência na revista **Manchete**
 Fonte: Acervo de Ricardo Cardim. Disponível em: <https://www.quatrocinco.com.br/br/galerias/ofensiva-da-ditadura-militar-contra-a-amazonia>.

Na edição dedicada aos 150 anos da Independência do Brasil, exibida na Figura 04, a revista *Manchete* faz referência a Transamazônica, que rasgada na maior floresta do mundo, vai servir para a notável tarefa de integração nacional. Além disso, é posto no cartaz que a Transamazônica permitirá concretizar a investida da civilização na área mais bravia do planeta. Observamos aqui como o discurso reforça a civilização como uma necessidade e um ato de heroísmo diante da selvageria da Amazônia.

É importante notar que as últimas três imagens apresentadas no presente trabalho mostram a Amazônia vista de cima. Morbach (2001) já chamara a atenção para esse fato, que se associa imediatamente ao discurso do vazio amazônico. A autora argumenta que a aliança entre o Estado e a expansão capitalista comporta alguns elementos característicos, que são a homogeneidade, infinitude e o isolamento, e estão por trás dos instrumentos de intervenção governamental fundamentais, a exemplo do vazio demográfico, a soberania e a segurança nacional. Morbach (2001) evidencia que as imagens aéreas em variadas publicações sobre a Amazônia, e mesmo nas revistas de grande circulação nacional, são extremamente comuns na representação da região. Com elas, a homogeneidade da paisagem é reforçada, visto que aparece de maneira similar como uma massa verde em todas as fotografias. A impressão de infinitude é dada a partir das fotografias que abrangem a massa verde e não demonstram efetivamente a diversidade de vida, o que se percebe é a imensidão da floresta. Além de imensa e incomensurável, a região é também vista como isolada e vazia. O vazio se inscreve como

o principal norteador das elaborações do governo, “os militares estarão empenhados em descrever esse vazio como esperança, como possibilidade, como um novo lugar: a partir do vazio tudo pode ser construído” (MORBACH, 2001, p. 4).

Para concretizar o projeto de colonização ao longo da rodovia Transamazônica recém-aberta, foi articulado sob a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no início da década de 1970 um dos maiores projetos de ocupação da bacia amazônica. O projeto era desenvolvido com base no modelo já citado, o Urbanismo Rural, que se constituía em um conjunto hierarquizado de pequenos núcleos urbanos planejados. O referido modelo foi aplicado na extensão da Transamazônica entre os municípios de Marabá e Itaituba, que corresponde a um trecho de aproximadamente 1.000 km. Nesse trecho, o projeto previa o assentamento de trabalhadores na faixa de 10 km de largura nas duas margens da rodovia.

Como conta Rego (2020), o modelo desenvolvido por José Geraldo da Cunha Camargo, arquiteto e urbanista que tinha relações próximas com o presidente Médici e também era professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi elaborado anos antes, em 1963, e só mais tarde foi implementado na Transamazônica. Como expõe Rego (2015, p. 89), o Urbanismo Rural “previa a instalação de uma rede de núcleos urbanos hierarquizados, próximos, regularmente espaçados, conectados entre si e integrados ao campo”, de forma que dezenas de agrovilas, agrópolis e rurópolis foram implantadas ao longo da Transamazônica. A estratégia do governo era ocupar uma faixa de 10 km de largura nos dois lados da nova rodovia, no trecho entre Marabá e Itaituba no estado do Pará que compreende cerca de 1000 km.

O esquema de Camargo remete ao diagrama das cidades sociais concebido por Ebenezer Howard para a Londres vitoriana, em busca de transferir a população citadina à zona rural. As novas cidades seriam implantadas no campo e conectadas entre si, compartilhariam os equipamentos e serviços, teriam número máximo de habitantes limitado e garantiriam o conforto da vida urbana aos benefícios do campo. A proposta urbana hierarquizada de Camargo se aproxima ainda da formulação de cidades satélites projetado para o crescimento da Londres metropolitana por Patrick Abercrombie, inspirada no diagrama de Ebenezer Howard (REGO, 2020).

Dessa forma, o Urbanismo Rural teve inspirações em modelos de urbanização europeus pautados na racionalização e integração entre campo e cidade. De início a influência europeia ao projeto de colonização da Transamazônica pode parecer estranha ou curiosa, mas o que principalmente ela demonstra é como o pensamento colonial

avança e domina territórios através de diferentes instrumentos, pensamentos e dispositivos.

O pensamento holístico, ora simplista ora autoritário, e a ação idealista notados no Urbanismo Rural sonharam criar uma “nova civilização”. No fundo, no Urbanismo Rural jaz uma utopia urbana, uma perspectiva radical do futuro projetada na idealizada união cidade-campo. Nesse sentido, alinha-se aqui a ideia da rede cidades ao longo da Transamazônica com o pensamento utópico subjacente a propostas de cidades ideais do começo do século XX, particularmente aquelas imaginadas por Ebenezer Howard, Le Corbusier e Frank Lloyd Wright, e de sociedades igualitárias do século XIX, como as de Charles Fourier, Edward Bellamy e William Morris. Paradoxalmente tão valioso quanto perigoso para o urbanismo, o pensamento utópico pode delinear uma perspectiva mais além da realidade existente, que se quer transformar, mas pode também constituir uma visão não-representativa imposta aos demais, inflexível na busca de objetivos de longo prazo e ignorante às contribuições e incrementos de iniciativas localizadas que não são menos idealistas que grandes projetos (REGO, 2016, p. 04).

O Urbanismo Rural foi organizado em três tipos de núcleos urbanos. O menor deles foi denominado agrovila, o intermediário agrópolis e o maior rurópolis. A exemplo, a Figura 05 mostra o projeto da agrópolis de nº 10 implementado pelo INCRA, que atualmente corresponde a cidade de Brasil Novo, situada no km 46 da rodovia Transamazônica no trecho entre Altamira - Itaituba.



Figura 05: Projeto das acrópoles de Brasil Novo
Fonte: INCRA, 1972 *apud* VENTURA FILHO, 2004.

O projeto de agrópolis apresentado é exemplo do desenho geométrico, abstrato e universal para as novas cidades implantadas ao longo da Transamazônica. Como afirma Rego (2020), o modelo insistia na conformação da cidade funcional, que recorta a vida urbana em pedaços através da setorização e ordenação racional.

Na Figura 05, apesar da baixa qualidade de visualização da cópia do projeto oficial do INCRA, podemos fazer importantes considerações. O projeto da agrópolis marca em vermelho os lotes destinados a edificação de prédios administrativos, residência para colonos e operários e residência para burocratas e técnicos de nível médio e superior. Conforme Ventura Filho (2004), o termo de referência do INCRA apresentava determinações sobre a eletrificação do núcleo urbano e questões de saneamento como a captação de água por poços com instalação de rede de distribuição domiciliar para os prédios administrativos. No que se refere as questões de saneamento, chama a atenção que o termo prevê a instalação de fossa séptica e sumidouros por unidade construída apenas para os prédios administrativos, comunitários e residências de burocratas, estando as residências dos colonos excluídas do projeto de esgotamento sanitário.

Por conseguinte, cabe ressaltar o trecho observado por Ventura Filho (2014) no termo de referência do INCRA (1972, p. 72 *apud* VENTURA FILHO, 2014, p. 142) que faz a seguinte consideração sobre os colonos migrantes: “as famílias dos agricultores que migraram para a área do projeto trazem normalmente, no bojo de sua formação sociocultural, uma série de hábitos errôneos, no que tange no uso da água e higiene geral”. É possível verificar e sublinhar duas questões importantes diante do projeto de colonização coordenado pelo INCRA: a primeira delas se refere à negligência do órgão responsável pelo projeto de colonização em não contemplar as unidades residenciais destinadas aos colonos e operários com esgotamento sanitário, e a segunda diz respeito à depreciação dos hábitos de higiene dos migrantes. Ora, é disposto que os migrantes trazem uma série de “hábitos errôneos” sobre uso da água e higiene. No entanto, é preciso ressaltar que os hábitos de uso da água e higiene certamente são diversos nas diferentes regiões do país em razão das distintas realidades ambientais, sociais e culturais. Dessa forma, parece seguro afirmar que os colonos advindos da região Nordeste do Brasil, que foram os principais alvos da campanha de colonização, têm uma relação diferente com o uso da água em comparação aos sulistas ou amazônidas, por exemplo. Grande parte da região Nordeste lida com a escassez de água, o que implica em modos de uso da água próprios e específicos desenvolvidos ao longo do tempo de acordo com as mudanças e transformações que a natureza impõe. Assim, a atribuição do termo “errôneo” aos hábitos

dos migrantes demonstra a desvalorização e depreciação ao conjunto de práticas sociais que os migrantes, sobretudo nordestinos, carregam e reflete o pensamento colonial que pretende desqualificar o outro e justificar sua necessidade de ser dominado e civilizado.

Sobre as residências propostas no projeto de Urbanismo Rural empreendido pelo INCRA, verificam-se principalmente dois níveis de edificações, um destinado aos colonos e outro destinado aos burocratas. O projeto padrão da unidade residencial do colono compreendia casas simples com seis ambientes (sala, cozinha, banheiro, dois quartos e varanda), que deviam ser construídas com madeiras roliças resultantes dos desmatamentos nas áreas de colonização e parte de madeira beneficiada com cobertura de telha de fibrocimento ou cerâmica. Já as unidades residenciais destinadas ao grupo burocrata variavam de acordo com o nível hierárquico e apresentavam especificações técnicas construtivas superiores da casa do colono. A madeira para construção das unidades seria de lei, serrada e aplainada, e sem avarias naturais. O banheiro e a cozinha seriam executados com base de alvenaria, e o forro de madeira da edificação possuía especificação de instalação de modo a permitir e potencializar a ventilação natural (VENTURA FILHO, 2018). A residência do colono, destinada aos migrantes, era notadamente inferior em termos construtivos, de conforto e salubridade.

Desse modo, é possível verificar algumas contrariedades que o projeto do Urbanismo Rural comportou, que nitidamente caminharam junto às concepções modernas que visam sobretudo o desejado “desenvolvimento”. O modelo de urbanização proposto refletia valores socioculturais distantes da realidade amazônica. Como é apontado por Rego (2020), o senso de comunidade entre os migrantes fazia parte dos objetivos do Urbanismo Rural, no entanto, os vínculos socioculturais dos colonos eram rejeitados.

Considerações finais

Cabe evidenciar que a análise do arquivo não é facilmente esgotada. Como afirma Foucault (2008, p. 148), “o arquivo não é descritível em sua totalidade; e é incontornável em sua atualidade”. Desse modo, os registros documentais aqui analisados não foram subjugados, mas foram analisados a partir de um dos caminhos possíveis de leitura e análise.

O estudo de processos que transformaram – e transformam – a Amazônia brasileira são de grande importância para compreensão das contrariedades presentes no

espaço no decorrer da história. O estudo do processo de colonização da Amazônia contribui para compreensão de questões contemporâneas como a persistência de “simplificações, anacronismos, análises do senso comum que naturalizam a exploração econômica e, sobretudo, uma visão que concebe este território como atrasado, inóspito ou selvagem”, sinalizam Joanoni Neto e Guimarães Neto (2017, p. 144).

A partir da visita a peças de programas e propagandas mobilizadas pelo governo militar como dispositivos a serviço do modelo político foi possível identificar correlações imediatamente ligadas ao pensamento colonial. Com os dispositivos, os militares reforçavam o incentivo a colonização da Amazônia, teciam sua justificativa e garantiam a manutenção do poder nas mãos da parcela mais abastada e detentora do poder. O colonialismo se vale de meios que desvalorizam as diversidades, expropriam e forçam a civilização que passa a ser entendida como uma necessidade dos “atrasados”, o que pode ser observado com nitidez no projeto de colonização da Transamazônica.

Na colonialidade, como evidencia Maldonado-Torres (2018), além do domínio de terras e recursos, as mentes também alvos de dominação. O discurso do governo militar buscava justificar a colonização da região “vazia” que guardava enorme riqueza a ser explorada e jazia inerte.

Os dispositivos mobilizados pelo governo militar a fim de alavancar a integração e o desenvolvimento nacional caminharam junto com a ideologia de progresso e o paradigma do vazio. As fotografias da Amazônia que apresentam a Amazônia vista de cima reforçam a ideia de vazio da região e necessidade de ocupação e exploração. O discurso cunhado pelo governo militar de que a Amazônia é uma fonte de ouro a ser explorada não é estranho aos dias atuais. As áreas de floresta protegidas são frequentemente ameaçadas e ilegalmente exploradas. As populações tradicionais e povos indígenas, seus saberes, modos de ser e viver, são constantemente atacados e vitimados pela expansão capitalista.

A construção da Amazônia como um espaço vazio e exterior a realidade conformada como nação serviu de justificativa para a colonização da região. Assim, a Amazônia necessitava ser ocupada apesar dos desafios e sacrifícios, e a colonização era vista como um ato de bravura histórica de um projeto nacional, revela Malheiro (2020). Logo, os dispositivos coloniais, através da ideia de vazio e isolamento da região, promoviam o heroísmo em seu desbravamento.

O modelo de Urbanismo Rural para criação de novas cidades ao longo da rodovia Transamazônica transformou o território com base no pensamento modernista de

idealização da cidade e do homem, de forma que desconsiderou as características da região e a população que já habitava na região e desprezou saberes e práticas dos migrantes.

Tratamos aqui de um fragmento da história da colonização da Amazônia, que compreendeu a análise do discurso do governo militar para a colonização da região principalmente na década de 1970, de forma a analisar os dispositivos coloniais mobilizados para a colonização da Transamazônica. Esse estudo não se esgota aqui, mas permitiram algumas reflexões que não buscam construir uma outra Amazônia, entre as tantas Amazônias construídas, mas a entender os processos que transformaram e transformam a Amazônia, um espaço que abriga além de uma das maiores biodiversidades do mundo, conflitos, disputas e lutas.

THE MILITARY GOVERNMENT'S DISCOURSE: DEVICES MOBILIZED IN THE COLONIZATION OF THE TRANS-AMAZONIAN

Abstract: This article aims at analyzing the devices that were mobilized by the military government with the objective of stimulating and promoting the displacement of groups from other regions of the country for the colonization of the Amazon. Among the colonial instruments mobilized by the government to enhance the process of the Amazon, there is the National Integration Program (PIN), signed by former President Médici, in 1970, propaganda posters of the military government in media encouraging the exploration of the Amazon and the Rural Urbanism model adopted by the National Institute for the Agrarian Reform (INCRA). For this, the theoretical contributions by Foucault are raised regarding this instrument, and approximations and relations of the colonization project undertaken by the military government with the concept of coloniality.

Keywords: Amazon. Colonial instrument. Trans-amazonian.

EL DISCURSO DEL GOBIERNO MILITAR: DISPOSITIVOS MOVILIZADOS EN LA COLONIZACIÓN DE LA TRANSAMAZÓNICA

Resumen: Se propone en el presente artículo analizar los dispositivos que fueron movilizados por el gobierno militar con el objetivo de estimular y promover los desplazamientos de grupos de otras regiones del país para colonizar la Amazonia brasileña. Entre los dispositivos coloniales movilizados por el gobierno para potenciar la colonización de Amazonia, se destaca el Programa de Integración Nacional (PIN), firmado por el presidente Médici en 1970, con afiches de propaganda del gobierno militar vinculados en medios de comunicación que incentivaban la exploración de la Amazonia y el modelo de Urbanismo Rural adoptado por el Instituto Nacional de Reforma Agraria (INCRA). Para eso, son articuladas contribuciones teóricas de Foucault a respecto del dispositivo de aproximaciones y relaciones del proyecto de colonización emprendido por el gobierno militar con el concepto de colonialidad.

Palabras clave: Amazonia. Dispositivo Colonial. Transamazónica.

Referências

AGAMBEN, Jorge. **O que é dispositivo**. Outra travessia 5. Santa Catarina, 2005.

ALMEIDA, Guilhermando Barbosa de. **Brasil Novo - Memórias da Colonização, 1970-1975**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, 1999.

BRAGA, Magno Michell M. **Rota Transamazônica. Nordestinos e o Plano de Integração Nacional**. 1ª edição. Curitiba: Prismas Editora, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro descolonizando os currículos**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramon (org.). Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 223-246.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde**. Tese (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1986.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente**. Diálogos Latinoamericanos, [S. l.], v. 18, n. 26, p. 14, 2017. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/dialogos/article/view/112740>. Acesso em: 12 jun. 2021.

LISBÔA, Flávia Marinho. **O dispositivo colonial: entre a arqueogeneologia de Michel Foucault e os estudos decoloniais**. Revista Moara/Estudos Linguísticos, Edição 57, v. 2/jan-jul 2021. ISSN: 0104-0944. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/8868>. Acesso em 17 dez. 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramon (org.). Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 27-54.

MALHEIRO, Bruno Cezar P. **Colonialismo Interno e Estado de Exceção: a “emergência” da Amazônia dos Grandes Projetos**. Caderno de Geografia, v. 30, n. 60, p. 74-98, 2020. ISSN 2318-2962. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/20906/16395>. Acesso em: 07 jan. 2022.

MORBACH, Marise Rocha. **A publicidade no período Médici: os efeitos da propaganda de ocupação da Amazônia**. INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos

Interdisciplinares da Comunicação. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campo Grande/MS, 2001. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/122003350579377410508479055427843866148.pdf>. Acesso em 23 dez. 2022.

NAME, Leonardo. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões espaciais básicas e em arquitetura**. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, [S. l.], v. 28, n. 52, p. e176627, 2021. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.psrevprogramapsgradarquitarurbanfauusp.2021.176627. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/176627>. Acesso em: 19 dez. 2021.

REGO, Renato Leão. **A integração cidade-campo como esquema de colonização e criação de cidades novas: do Norte Paranaense à Amazônia Legal**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.17, n.º.1, p.89-103, Abr. 2015. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4978#:~:text=Chamado%20de%20Urbanismo%20Rural%2C%20o,ao%20longo%20da%20rodovia%20Transamaz%C3%B4nica>. Acesso em: 02 jan. 2022.

REGO, Renato Leão. **Arquitetura e Urbanismo na Transamazônica: Entre o real, o imaginário e o utópico**. NOVA REVISTA AMAZÔNICA, v. VIII, n.º 01, p. 45-60, 2020. ISSN: 2318-1346. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/8620>. Acesso em: 12 jun. 2021.

REGO, Renato Leão. **Comunidades planejadas na Amazônia: O Urbanismo Rural e a utopia de uma nova civilização**. XIV Coloquio Internacional de Geocrítica Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro Barcelona, 2-7 de mayo de 2016. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_renatorego.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

VELLOSO, João Paulo dos R. **Estratégia de Desenvolvimento e o Programa de Integração Nacional**. Revista do Serviço Público, [S. l.], v. 105, n. 2, p. 15-30, 2017. DOI: 10.21874/rsp.v0i2.2569. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2569>. Acesso em: 02 jan. 2022.

VENTURA FILHO, Raul. **A Floresta Urbanizada a formação de núcleos urbanos na Transamazônica, trecho Altamira -Itaituba**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Belém, 2004.

SOBRE A AUTORA

Renata Belz Kruger é mestranda em História pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA); bolsista da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA).

Recebido em 16/03/2022

Aceito em 20/10/2022